

**URGENTE**

OFÍCIO Nº 142/2025/PSOL/GLG

Porto Alegre, 03 de abril de 2025.

Ao Exmo. Senhor  
**MARCELO ESSVEIN**  
Prefeito Municipal de Triunfo

**Assunto:** Pedido de informações sobre o Projeto de Lei que reduz direitos dos servidores municipais.

Exmo. Sr. Prefeito Municipal:

Este mandato parlamentar foi procurado por servidores do município que manifestaram preocupação com o pacote de medidas recentemente apresentado por essa Administração, que resulta na retirada e redução de direitos dos servidores públicos de Triunfo.

Como é sabido, este pacote prevê cortes significativos que impactarão diretamente a remuneração e as condições de trabalho da categoria. Entre as principais alterações propostas, estão a redução do adicional por tempo de serviço, o que diminui a valorização da experiência e dedicação dos servidores ao longo dos anos; a diminuição do valor do vale-alimentação, afetando diretamente a qualidade de vida dos trabalhadores; a revogação do pagamento de horas extras, que pode comprometer a prestação de serviços essenciais à população; e a alteração das regras para licenças e férias, retirando dos servidores a autonomia na escolha de seus períodos de descanso. Além disso, há uma redução de gratificações para professores de educação especial e técnicos, prejudicando profissionais que desempenham um papel fundamental na formação e inclusão de crianças e adolescentes.

Reiteramos que os servidores públicos desempenham papel fundamental na prestação de serviços essenciais à população, e sua valorização é imprescindível para garantir a qualidade e eficiência das políticas públicas municipais. Assim, solicitamos que a Prefeitura **reconsidere as medidas adotadas**, abrindo um canal de diálogo efetivo com a categoria para buscar soluções que não prejudiquem os servidores.

Diante da gravidade do exposto, solicitamos, também, nos termos da Lei de Acesso à Informação, os seguintes questionamentos:

1. Quais os estudos e relatórios técnicos que embasaram a decisão de propor tais cortes?
2. Qual a justificativa específica para cada uma das reduções propostas?
3. Foram consideradas alternativas menos prejudiciais aos servidores?
4. Por que não houve diálogo prévio com a categoria e suas entidades representativas antes da apresentação do pacote? A Prefeitura pretende abrir negociações para rever tais medidas?
5. A Prefeitura realizou estudos sobre os impactos financeiros a longo prazo dessas medidas?
6. Há projeções sobre como essas reduções afetarão a economia local e a prestação dos serviços públicos?

Saudações cordiais,

Luciana Genro  
**Deputada Estadual**